

# OS GASTOS ILIMITADOS DO PENTÁGONO

Por Julia Gledhill e William D. Hartung\*



*O Pentágono (Getty Images).*

*Antes de prosseguir na militarização dos desafios geopolíticos colocados pela China e pela Rússia, o governo dos EUA deveria refletir sobre seu desempenho desastroso nas longas e dispendiosas guerras já travadas neste século.*

**A** Casa Branca divulgou a sua proposta orçamentária para o ano fiscal de 2025 em 11 de março, e as notícias eram deprimentemente familiares: 895 bilhões de dólares para o Pentágono e as atividades com armas nucleares do Departamento de Energia. Depois de ajustado à inflação, esse valor é apenas ligeiramente inferior à proposta do ano passado, mas muito superior aos níveis alcançados durante as guerras da Coreia ou do Vietnã ou no auge da Guerra Fria. E esse número nem sequer inclui despesas relacionadas com veteranos, o Departamento de Segurança Interna, ou as dezenas de bilhões de dólares adicionais em despesas militares de “emergência” que provavelmente ocorrerão ainda este ano. Uma coisa é bastante óbvia: um orçamento de bilhões de dólares apenas para o Pentágono está virando a esquina, à custa de medidas urgentemente necessárias para enfrentar as alterações climáticas, epidemias de doenças, desigualdade econômica e outras questões que ameaçam nossas vidas e segurança pelo menos tanto quanto, se não mais, do que os desafios militares tradicionais.

Seria difícil para os norte-americanos encontrar membros do Congresso examinando cuidadosamente tão vastas somas de despesas com a segurança nacional, fazendo perguntas difíceis ou controlando os excessos do Pentágono – apesar do fato de este país já não estar travando quaisquer grandes guerras terrestres. Apenas um punhado de senadores e membros da Câmara fazem esse

trabalho, enquanto muitos outros procuram formas de aumentar o já inchado orçamento do departamento e direcionar novos contratos para os seus próprios estados e distritos.

O Congresso americano não está apenas fugindo aos seus deveres de supervisão: hoje em dia, parece que nem sequer consegue aprovar um orçamento a tempo. Os nossos representantes eleitos definiram um orçamento nacional final na semana passada, deixando os gastos do Pentágono no já generoso nível de 2023 durante quase metade do ano fiscal de 2024. Agora, o departamento será inundado com uma enxurrada de dinheiro novo que terá que gastar em cerca de seis meses, em vez de um ano. Mais desperdício, fraude e abuso financeiro são inevitáveis, à medida em que o Pentágono se prepara para despejar dinheiro pela porta o mais rapidamente possível. Esta não é a forma de elaborar um orçamento ou de defender um país.

E embora a disfunção do Congresso seja normal, neste caso oferece uma oportunidade de reavaliar para que está se gastando todo esse dinheiro. O maior impulsionador dos gastos excessivos é uma estratégia de defesa nacional irrealista, autoindulgente e – sim – militarista. Foi concebida para manter a capacidade de ir a quase todo o lado e fazer quase tudo, desde vencer guerras com superpotências rivais, intervir em regiões-chave do planeta, até continuar a desastrosa Guerra Global ao Terror, lançada na sequência dos ataques de 11 de setembro e que nunca realmente terminou. Enquanto persistir essa estratégia de “cobrir o globo”, a pressão para continuar a gastar cada vez mais no Pentágono vai se revelar irresistível, por mais delirante que seja a razão para fazê-lo.

## DEFENDENDO “O MUNDO LIVRE”?

O presidente Joe Biden começou o seu recente discurso sobre o Estado da União comparando o momento presente com o momento em que os Estados Unidos se preparavam para entrar na Segunda Guerra Mundial. Tal como o presidente Franklin Delano Roosevelt em 1941, Joe Biden disse ao povo americano que o país enfrenta agora um “momento sem precedentes na história da União”, um momento em que a liberdade e a democracia estão “sob ataque” tanto a nível interno como no estrangeiro. Ele menosprezou o fracasso do Congresso na aprovação da sua lei suplementar de emergência, alegando que, sem ajuda adicional à Ucrânia, o presidente russo, Vladimir Putin, ameaçará não apenas esse país, mas toda a Europa e até mesmo o “mundo livre”. Comparar (como fez) o desafio colocado pela Rússia agora com a ameaça que o regime de Hitler representou na Segunda Guerra Mundial é um grande exagero que não tem qualquer valor no desenvolvimento de uma resposta eficaz às atividades de Moscou na Ucrânia e fora dela.

Envolver-se em tal fomento do medo para conseguir a adesão do público a uma política externa cada vez mais militarizada ignora a realidade a serviço do *status quo*. Na verdade, a Rússia não representa nenhuma ameaça direta à segurança dos Estados Unidos. E embora Putin possa ter ambições para além da Ucrânia, a Rússia simplesmente não tem capacidade para ameaçar o “mundo livre” com uma campanha militar. Nem a China, aliás. Mas enfrentar os fatos sobre estes poderes

exigiria uma reavaliação crítica da estratégia de defesa maximalista dos EUA que domina o poleiro. Atualmente, reflete a crença profundamente equivocada de que, em questões de segurança nacional, o domínio militar dos EUA tem precedência sobre a força econômica coletiva e a prosperidade dos americanos.

Como resultado, a administração dá mais ênfase à dissuasão de potenciais (embora improváveis) agressões por parte dos concorrentes do que à melhoria das relações com eles. É claro que esta abordagem depende quase inteiramente do aumento da produção, distribuição e armazenamento de armas. A guerra na Ucrânia e o ataque contínuo de Israel a Gaza apenas solidificaram, infelizmente, a dedicação da administração ao conceito de dissuasão militarmente centrada.

## **DISFUNÇÃO DAS EMPRESAS DE DEFESA: GANHANDO MAIS, FAZENDO MENOS**

Ironicamente, tal estratégia de defesa depende de uma indústria que explora continuamente o governo em seu próprio benefício e desperdiça quantidades impressionantes de dólares dos contribuintes. As grandes corporações que atuam como empreiteiras militares embolsam cerca de metade de todas as despesas do Pentágono, ao mesmo tempo em que roubam o governo de várias maneiras. Mas o que é ainda mais surpreendente é o quão pouco realizam com as centenas de bilhões de dólares dos contribuintes que recebem ano após ano. De acordo com o Government Accountability Office (GAO), de 2020 a 2022, o número total de grandes programas de aquisição de defesa diminuiu, mesmo com o aumento dos custos totais e do tempo médio de entrega de novos sistemas de armas.

Tomemos como exemplo o principal programa de aquisições da Marinha americana. No início deste mês, foi divulgada a notícia de que o submarino de mísseis balísticos da classe Columbia já está pelo menos um ano atrasado. Esse submarino é a parte marítima da tríade nuclear de próxima geração (ar, mar e terra) que a administração considera a “última solução” para a dissuasão global. Como parte fundamental do acúmulo interminável de armas neste país, a classe Columbia é supostamente o programa mais importante da Marinha, por isso pode-se perguntar por que o Pentágono não implementou uma única das seis recomendações do GAO para ajudar a mantê-lo no caminho certo.

Como o relatório do GAO deixou claro, a Marinha propôs entregar a primeira embarcação da classe Columbia em tempo recorde – um objetivo totalmente irrealista – apesar de ser o “maior e mais complexo submarino” da sua história.

No entanto, a economia de guerra persiste, mesmo quando as gigantescas empresas de armamento entregam menos armamento por mais dinheiro de forma cada vez mais previsível (e muitas vezes também com muito atraso). Isto acontece em parte porque o Pentágono avança regularmente programas de armas antes mesmo de a concepção e os testes estarem concluídos, um fenômeno conhecido como “desenvolvimento simultâneo”. Construir sistemas antes de serem totalmente testados significa, é claro, colocá-los em produção às custas do contribuinte antes que os *bugs* sejam eliminados. Não é de surpreender que os

custos de operação e manutenção representem cerca de 70% do dinheiro gasto em qualquer programa de armas dos EUA.

O F-35 da Lockheed Martin é o exemplo clássico desta tendência extremamente cara. O Pentágono acaba de dar luz verde para o avião de combate entrar em produção em grande escala este mês, 23 anos (sim, isso não é um erro de impressão!) depois do lançamento do programa. O caça sofreu com problemas persistentes de motor e software deficiente. Mas a aprovação oficial do Pentágono significa pouco, uma vez que o Congresso há muito tempo financia o F-35 como se já tivesse sido aprovado para produção em grande escala. Com um custo projetado de pelo menos 1,7 bilhões de dólares ao longo da sua vida, o programa de armas mais caro da história dos EUA deverá oferecer uma lição sobre a necessidade de experimentar antes de comprar.

Infelizmente, esta lição se perde para aqueles que mais precisam aprendê-la. Os fracassos em aquisições do passado nunca parecem ter impacto financeiro nos executivos ou acionistas dos maiores empreiteiros militares americanos. Pelo contrário, esses líderes empresariais dependem do inchaço do Pentágono e de armamento caro e muitas vezes desnecessário. Em 2023, o maior empreiteiro militar dos Estados Unidos, a Lockheed Martin, pagou ao seu CEO, John Taitlet, 22,8 milhões de dólares. A remuneração anual para os CEOs da RTX, Northrop Grumman, General Dynamics e Boeing variou entre US\$ 14,5 e US\$ 22,5 milhões nos últimos dois anos. E os acionistas desses fabricantes de armas estão lucrando de forma semelhante. A indústria de armamento aumentou em 73% o dinheiro pago aos seus acionistas na década de 2010, em comparação com a década anterior. E o fizeram à custa de investir em seus próprios negócios. Agora esperam que os contribuintes os resgatem para aumentar a produção de armas para a Ucrânia e Israel.

## REINANDO NO COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR

Uma forma de começar a controlar os gastos descontrolados do Pentágono é eliminar a capacidade do Congresso e do presidente de aumentar arbitrariamente o orçamento desse departamento. A melhor maneira de fazer isso seria acabar com o próprio conceito de “gastos de emergência”. Caso contrário, graças a tais despesas, o orçamento de 895 bilhões de dólares do Pentágono provará, sem dúvida, ser tudo menos um limite máximo para as despesas militares no próximo ano. Por exemplo, o pacote de ajuda de 95 bilhões de dólares para a Ucrânia, Israel e Taiwan, que foi aprovado no Senado em fevereiro, ainda está pendente na Câmara, mas uma parte dele acabará por ser aprovada e fará acréscimos substanciais ao já enorme orçamento do Pentágono.

Entretanto, o Pentágono recorreu ao mesmo tipo de manobras orçamentárias que aperfeiçoou no auge das desastrosas guerras no Afeganistão e no Iraque, no início deste século, acrescentando bilhões ao orçamento de guerra para financiar itens da lista de desejos do departamento que pouco têm a ver com “defesa” no mundo atual. Isso inclui despesas de emergência destinadas a expandir a “base industrial de defesa” do país e aumentar ainda mais o complexo industrial-militar – uma lacuna dispendiosa que o Congresso deveria simplesmente fechar. Isso, no

entanto, irá sem dúvida revelar-se uma dura luta política, dada a quantidade de intervenientes – de funcionários do Pentágono a executivos empresariais e membros comprometidos do Congresso – que se beneficiam de tais gastos excessivos.

Em última análise, é claro, o debate sobre os gastos do Pentágono deveria centrar-se em muito mais do que nas somas espantosas que estão sendo gastas. Deveria ser sobre o impacto de tais gastos neste planeta. Isso inclui a continuação obstinada do apoio da administração Biden à campanha de massacres em massa de Israel em Gaza, que já matou mais de 31.000 pessoas e colocou muitas mais em risco de morrer de fome. Uma investigação recente do *Washington Post* descobriu que os EUA realizaram 100 vendas de armas a Israel desde o início da guerra em outubro passado, a maioria delas fixadas em limites de valor suficientemente baixos para contornar qualquer exigência de reportá-las ao Congresso.

O fornecimento incessante de equipamento militar a um governo que a Corte Internacional de Justiça disse estar plausivelmente envolvido em uma campanha genocida é uma profunda mancha moral no historial da política externa do governo Biden, bem como um golpe para a credibilidade e influência americanas globalmente. Nenhuma quantidade de lançamentos aéreos ou de fornecimentos humanitários através de um porto improvisado pode remotamente compensar os danos que ainda estão sendo causados pelas armas fornecidas pelos EUA em Gaza.

O caso de Gaza pode ser extremo em sua brutalidade e na velocidade da matança, mas sublinha a necessidade de repensar completamente tanto o objetivo como o financiamento das políticas externa e militar dos EUA. É difícil imaginar um exemplo mais devastador do que Gaza da razão pela qual o uso da força tantas vezes torna as coisas muito, muito piores – especialmente em conflitos enraizados em um desespero político e social de longa data. Uma observação semelhante poderia ter sido levantada em relação às calamitosas intervenções dos EUA no Iraque e no Afeganistão, que custaram um número incalculável de vidas, ao mesmo tempo em que despejaram ainda mais dinheiro nos cofres dos principais fabricantes de armas dos EUA. Ambas as campanhas militares, é claro, falharam desastrosamente em seus objetivos declarados de promoção da democracia, ou pelo menos da estabilidade, em regiões problemáticas, embora tenham cobrado enormes custos em sangue e dinheiro.

Antes de o governo americano avançar a toda velocidade expandindo a indústria de armas e militarizando ainda mais os desafios geopolíticos colocados pela China e pela Rússia, deveria refletir sobre o desempenho desastroso dos EUA nas guerras dispendiosas e prolongadas já travadas neste século. Afinal de contas, causaram danos enormes, tornaram o mundo um lugar muito mais perigoso e apenas aumentaram a importância desses fabricantes de armas. Jogar mais um bilhão de dólares ao Pentágono não vai mudar isso.

Publicado no [Tom Dispatch](#).

---

**\*Julia Gledhill** é especialista em políticas baseada em Washington com foco nos gastos do Pentágono, na reforma militar e nas contratações governamentais. Ela pesquisa e escreve sobre o desperdício do Pentágono e a influência corporativa na formulação de políticas. Gledhill faz lobby no Congresso americano por políticas de segurança nacional mais eficazes a custos menores. Ela escreve regularmente para o Tom Dispatch e para o Responsible Statecraft e suas análises já foram apresentadas pelo Congressional Research Service, Politico, CNBC, NPR, Vox, The Guardian e outros veículos.

**\*William D. Hartung** é cientista político, escreve para o Tom Dispatch e é pesquisador do Quincy Institute for Responsible Statecraft, onde seu trabalho se concentra na indústria de armas e no orçamento militar dos EUA. Hartung é ex-diretor do Center for International Policy, ex-pesquisador do New America Foundation's American Strategy Program e ex-diretor do Arms Trade Resource Center do World Policy Institute. Ele é especialista em questões de proliferação de armas, economia de gastos militares e abordagens alternativas à estratégia de segurança nacional. Hartung contribuiu para o Bulletin of the Atomic Scientists, The Nation, The New York Times, The Washington Post e Mother Jones. Participou dos documentários Hijacking Catastrophe: 9/11, Fear & the Selling of American Empire (2004) e Making a Killing: Inside the International Arms Trade (2006).

---